

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Rio Verde Energia S.A.

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2013
com Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Rio Verde Energia S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes de revisão de informações intermediárias 1

Demonstrações financeiras revisadas

Balanço patrimonial condensado 3

Demonstração condensada do resultado 4

Demonstração condensada do resultado abrangente 5

Demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstração condensada dos fluxos de caixa 7

Demonstração condensada do valor adicionado 8

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias 9

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Intermediárias

Aos
Administradores e Acionistas da
Rio Verde Energia S.A.
Brasília - DF

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Rio Verde Energia S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis significativas e demais notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia estornou o registro do direito e da obrigação contratuais relativos ao Uso do Bem Público – UBP previstos no contrato de concessão com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com o qual não concordamos. Conseqüentemente, em 30 de junho de 2013 os saldos do ativo e do passivo estão reduzidos em R\$16.105 e R\$16.676 (R\$15.239 e R\$14.073 em 31 de dezembro de 2012), respectivamente, e o lucro líquido do período está aumentado em R\$1.736 (R\$1.194 em 31 de dezembro de 2012), líquidos de impostos e o patrimônio líquido aumentado em R\$571 (R\$1.166 em 31 de dezembro de 2012).

Conclusão

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo base para a conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Goiânia, 15 de agosto de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-DF



Wagner dos Santos Junior
Contador CRC - 1SP216386/0-1-S-DF

Rio Verde Energia S.A.

Balanço patrimonial condensado

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)

30 de junho 2013 e dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2013	31/12/2012
Ativos			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	774	1.301
Contas a receber	4	10.385	9.452
Partes relacionadas	5	5.612	1.947
Aplicações financeiras	6	15.206	12.201
Impostos a recuperar	7	8.001	8.001
Despesas antecipadas		42	313
Outros créditos		1.213	1.248
		41.233	34.463
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	3.702	3.909
Impostos a recuperar	7	4.001	8.001
Depósitos judiciais		491	
Imobilizado	9	559.140	570.892
Intangível	10	64	68
		567.368	582.870
Total do ativo		608.631	617.333
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	11	938	2.754
Empréstimos e financiamentos	12	18.347	18.211
Salários e encargos sociais		218	594
Obrigações fiscais		5.827	5.328
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	4.960	4.795
Dividendos a pagar		-	8.388
Juros sobre capital próprio	14	7.328	5.692
Outras obrigações	13	9.057	8.749
		46.675	54.511
Passivo não circulante			
Empréstimo e financiamentos	12	270.797	281.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	43.505	44.406
Outras obrigações	13	-	28
		314.302	326.387
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	130.000	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	14	84.451	86.201
Reserva de lucros		33.203	20.234
Total do patrimônio líquido		247.654	236.435
Total do passivo e patrimônio líquido		608.631	617.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração condensada do resultado

(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto informação por ação expresso em reais)

	Notas	30/06/2013	30/06/2012
Receita operacional líquida	15	61.777	52.662
Custos operacionais			
Salários e encargos sociais		(75)	(69)
Administradores	16	(407)	(488)
Operação e manutenção		(3.887)	(4.214)
Compra de energia elétrica		(5.836)	(199)
Depreciação		(11.470)	(11.547)
Encargos do setor elétrico		(6.475)	(6.443)
Total dos custos operacionais		(28.150)	(22.960)
Lucro operacional bruto		33.627	29.702
Despesas operacionais, líquidas			
Administrativas		(1.015)	(2.161)
Salários e encargos sociais		(807)	(832)
Administradores	16	-	(160)
Depreciação		(72)	(77)
Outras despesas, líquidas		(690)	(296)
Total das despesas operacionais, líquidas		(2.583)	(3.526)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		31.043	26.176
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		589	959
Despesas financeiras		(10.608)	(12.734)
Total do resultado financeiro	17	(10.019)	(11.775)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		21.024	14.401
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.902)	(5.790)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		695	729
Total do imposto de renda e da contribuição social	8	(6.208)	(5.061)
Lucro líquido do período		14.817	9.340
Lucro por ação básico e diluído – R\$	18	0,2099	0,1323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração condensada do resultado abrangente
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/06/2013	31/06/2012
Lucro líquido do período		14.817	9.340
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do período		14.817	9.340

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Capital		Resultado abrangente	Reserva de lucro		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Subscrito	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Retenção de lucro	Reserva legal		
Em 31 de dezembro de 2011	130.000	30.428	89.701	9.171	644	-	259.944
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	1	-	-	-	-	1
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	(30.429)	-	-	-	-	(30.429)
Resultado abrangente							
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	-	-	(3.500)	-	-	3.500	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(5.332)	(5.332)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(6.697)	(6.697)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	1.122	(1.122)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.948	18.948
Mutações internas do patrimônio líquido							
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	9.297	-	(9.297)	-
Transações de capital com os sócios							
Em 31 de dezembro de 2012	130.000	-	86.201	18.468	1.766	-	236.435
Transações de capital com os sócios							
Resultado abrangente							
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	-	-	(1.750)	-	-	1.750	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(3.598)	(3.598)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	14.817	14.817
Mutações internas do patrimônio líquido							
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	12.969	-	(12.969)	-
Em 30 de junho de 2013	130.000	-	84.451	31.437	1.766	-	247.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração condensada dos fluxos de caixa
 (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
 Período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e 2012
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	14.817	9.340
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Depreciação	11.537	11.621
Amortização	4	3
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.925	12.228
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(694)	(729)
Baixa de bens do imobilizado	401	48
Variação passivo	(539)	-
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(933)	(605)
Partes relacionadas (ativo)	(3.665)	-
Impostos a recuperar	4.000	4.004
Outras	(3.191)	2.541
Fornecedores	(1.816)	9
Obrigações sociais	(375)	120
Obrigações fiscais	498	328
Imposto de renda e contribuição social correntes	165	122
Dividendos Pagos	(8.388)	-
JSCP Pagos	(1.423)	-
Outros	420	119
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>20.743</u>	39.149
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(186)	(804)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(186)</u>	(804)
Atividades de financiamento		
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	(15.074)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(21.084)	(23.358)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(21.084)</u>	(38.432)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(527)	(87)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.301	248
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	774	161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração condensada do valor adicionado
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
Períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Receitas	68.752	58.315
Receitas relativas à venda de energia	68.752	58.315
Insumos adquiridos de terceiros	(18.223)	(13.684)
Custos aplicados nos ativos próprios	(16.724)	(11.320)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.499)	(2.363)
Valor adicionado bruto	50.529	44.632
Depreciação	(11.537)	(11.621)
Amortização	(4)	(3)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	38.988	33.008
Valor adicionado recebido em transferência	589	959
Receitas financeiras	589	959
Valor adicionado total a distribuir	39.576	33.967
Distribuição do valor adicionado	39.576	33.967
Pessoal	1.088	1.183
Remuneração direta	691	1.007
Benefícios	356	131
F.G.T.S.	41	45
Impostos, taxas e contribuições	13.009	10.649
Federais	12.931	10.599
Estaduais	34	7
Municipais	44	43
Remuneração de capitais de terceiros	10.663	12.796
Juros relativos à capitais de terceiros	10.608	12.734
Aluguéis	55	62
Lucros retidos do período	14.817	9.340
Juros sobre capital próprio	3.598	-
Lucro do período	11.219	9.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
30 de junho de 2013 e 31 de dezembro 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde” ou “Companhia”), foi constituída em 22 de julho de 2002, sob a forma de uma sociedade anônima de capital fechado na condição de produtora independente de energia elétrica e tem como objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto” ou “Usina”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, objeto do Leilão nº 001/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que originou o Contrato de Concessão nº 090/2002 – ANEEL, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010 com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que define critérios gerias de garantia de suprimento, o novo montante da garantia física de energia da UHE Salto, alterando a energia assegurada de 558.888 MWh/ano para 593.928 MWh/ano.

Como pagamento pelo Uso de Bem Público (“UBP”) para aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento do potencial energético da UHE Salto, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$450 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M - FGV”), a partir de junho de 2002.

A concessão será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato de concessão, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia. Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Companhia, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
30 de junho de 2013 e dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Em junho de 2007, a Companhia firmou com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener") o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("Power Purchase Agreement" ou "PPA") do total da energia assegurada da UHE Salto, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, no período de 16 anos, contados a partir da operação comercial. Conforme Anexo II do Contrato de Compra e Venda, o preço inicial é R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

A emissão das presentes demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 12/08/2013.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
30 de junho de 2013 e dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras intermediárias, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e seguros não foram revisados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Disponibilidades	<u>774</u>	<u>1.301</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

4. Contas a receber

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Votorantim Comercializadora de Energia - Votener (i)	<u>9.861</u>	9.393
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (ii)	<u>1.472</u>	1.007
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(948)</u>	(948)
	<u>10.385</u>	9.452

(i) Venda de energia elétrica realizada no mês de junho de 2013 à Votener conforme Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em junho de 2007 pelo preço de R\$206,92 MW/h.

(ii) O saldo a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no montante de R\$948, refere-se ao reembolso de energia elétrica adquirida no mês de agosto de 2010 em consequência da paralisação da operação por orientação da Operadora Nacional do Sistema – ONS por motivo de intervenção em linhas de transmissão da rede básica. A aquisição de energia foi realizada para compor o lastro de energia vendida à Votener de acordo com o Contrato de Compra e Venda de energia Elétrica.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
30 de junho de 2013 e dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber--Continuação

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	30/06/2013	31/12/2012
A Vencer	9.861	9.393
Vencidas até 30 dias	524	59
Vencidas acima de 121 dias	948	948
	11.333	10.400

A movimentação da provisão para devedores duvidosos

	30/06/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	(948)	-
Constituições de provisão	-	(948)
Recuperação/ Utilização	-	-
Saldo final	(948)	(948)

A Companhia tem como procedimento efetuar a provisão para perda do valor recuperável quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente respectivamente e respectivas garantias oferecidas.

5. Partes Relacionadas

Os saldos de transações mantidas com empresas ligadas podem ser assim sumarizados:

	30/06/2013	31/12/2012
Rio Claro Operações e Manutenção S/A (i)	5.613	1.947
	5.613	1.947

(i) A companhia possui um contrato de Operação e Manutenção com a Rio Claro Manutenções Ltda, a qual encontra-se em processo de estruturação administrativa, para posterior faturamento dos valores que estão registrados como adiantamentos.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições similares aquelas, quando a prazos, preços e condições, que seriam realizadas com terceiros.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
30 de junho de 2013 e dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Aplicações financeiras

	30/06/2013	31/12/2012
Aplicações vinculadas - Banco Itaú Reserva da dívida BNDES (i)	11.553	12.023
Aplicação - Banco Itaú – CDB	3.653	178
	15.206	12.201

(i) Conforme descrito na Nota 10, parte do faturamento da Companhia é retido para pagamento do principal e juros do financiamento do BNDES. A parcela retida é aplicada em fundos de renda fixa pós fixados sendo o saldo em 30 de junho de 2013 de R\$11.553 (R\$12.023 em 31 de dezembro de 2012).

7. Impostos a recuperar

	30/06/2013	31/12/2012
PIS e COFINS a recuperar	12.002	16.002
	12.002	16.002
Ativo circulante	8.001	8.001
Ativo não circulante	4.001	8.001

Em janeiro de 2011, a Companhia contratou consultoria especializada para identificação e validação dos créditos tributários do PIS e COFINS que incidiram nas aquisições de bens e serviços de fornecedores nacionais incorporados na rubrica “Ativo Imobilizado”.

Os trabalhos foram conduzidos de acordo os Incisos VI e VII do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não-cumulativo.

Em 31 de janeiro de 2011, a Administração da Companhia com base nos trabalhos realizados pela consultoria reclassificou o montante de R\$32.005 da rubrica “Ativo Imobilizado” referente aos créditos tributários, sendo R\$5.709 do PIS e R\$26.296 da COFINS. Os mesmos foram registrados na rubrica “Impostos a recuperar” e são monetizados proporcionalmente em 1/48 conforme legislação tributária vigente.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
30 de junho de 2013 e dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferidos, detalhado a seguir, é revisado trimestralmente pela Companhia.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda diferido ativo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado - Descapitalização de despesas – CPC 27	2.796	2.796
(-) Realização das despesas – CPC 27	(312)	(260)
Provisão para devedores duvidosos	238	238
Provisão para remuneração variável	-	100
	<u>2.722</u>	<u>2.874</u>
Contribuição social diferida ativa sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado - Descapitalização de despesas – CPC 27	1.007	1.007
(-) Realização das despesas – CPC 27	(112)	(93)
Provisão para devedores duvidosos	85	85
Provisão para remuneração variável	-	36
	<u>980</u>	<u>1.035</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>3.702</u>	<u>3.909</u>
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda diferido passivo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	31.989	32.652
	<u>31.989</u>	<u>32.652</u>
Contribuição social diferida passiva sobre:		
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	11.516	11.754
	<u>11.516</u>	<u>11.754</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>43.505</u>	<u>44.406</u>

As análises da Administração da Companhia indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no exercício findo em 30 de junho de 2013.

Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
(Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de Agosto de 2013)
30 de junho de 2013 e dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro antes da tributação	21.024	25.762
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	7.148	8.759
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
Reconhecimento dos impostos diferidos	(694)	(1.697)
Depreciação do custo atribuído	2.651	1.803
Provisões passiva	-	137
Juros sobre capital próprio	(3.598)	(2.276)
Despesas indedutíveis	401	329
Outras (adições) e exclusões	300	(241)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>6.208</u>	<u>6.814</u>
Alíquota efetiva	30%	26%

Os ativos e passivos relacionados ao imposto de renda e contribuição social correntes em 30 de junho de 2013 são:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos por antecipações de:		
Imposto de renda	1.381	2.291
Contribuição social	795	1.388
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicação	73	345
	<u>2.249</u>	<u>4.024</u>
Valores a recolher de:		
Imposto de renda	(5.071)	(6.269)
Contribuição social	(1.829)	(2.244)
Imposto de renda e contribuição social estimativa	(309)	(306)
	<u>(7.209)</u>	<u>(8.819)</u>
Valor líquido do impostos de renda e contribuição social a recolher	<u>(4.960)</u>	<u>(4.795)</u>

9. Imobilizado

	Em serviço administrativo			Em operação – UHE				Total
	Edificações	Outros imobilizados	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Outros imobilizados	
Custo								
Em 31 de dezembro de 2011	260	803	321.789	210.801	51.132	39.278	1.045	624.900
Adições	-	118	125	-	-	502	-	813
Baixas	-	(78)	-	-	(7)	-	-	(85)
Em 31 de dezembro de 2012	260	843	321.914	210.801	51.160	39.278	966	625.724
Adições	-	2	-	-	184	-	-	186
Baixas	-	-	-	-	-	-	(401)	(401)
Em 30 de junho de 2013	260	845	321.914	210.801	51.344	39.780	565	625.509
Depreciação								
Em 31 de dezembro de 2011	(37)	(309)	(16.426)	(11.526)	(1.914)	(1.818)	-	(32.030)
Despesa de depreciação	(11)	(128)	(11.550)	(7.787)	(1.884)	(1.477)	-	(22.837)
Baixas	-	37	-	-	-	-	-	37
Em 31 de dezembro de 2012	(48)	(400)	(27.976)	(19.313)	(3.798)	(3.295)	-	(54.830)
Despesa de depreciação	(5)	(62)	(5.917)	(3.875)	(942)	(736)	-	(11.537)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2013	(53)	(462)	(33.893)	(23.188)	(4.740)	(4.031)	-	(66.367)
Valor residual líquido:								
Em 30 de junho de 2013	207	383	288.021	187.613	46.604	35.749	565	559.140
Em 31 de dezembro de 2012	212	443	293.938	191.488	47.362	36.485	966	570.892

Custo atribuído (Deemed Cost)

	Ativos UHE Salto - Rio Verde	IR diferido passivo (Nota 8)	Ajuste avaliação patrimonial (Patrimônio Líquido)
Saldo em 31/12/2011	135.910	(46.209)	(89.701)
Depreciação do período	(5.303)	1.803	3.500
Saldo em 31/12/2012	130.607	(44.406)	(86.201)
Depreciação do período	(2.651)	901	1.750
Saldo em 30/06/2013	127.956	(43.505)	(84.451)

9. Imobilizado--Continuação

Aplicação do custo atribuído (“deemed cost”)

A Administração da Companhia, considerando as opções do CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, decidiu, atribuir um novo valor (“deemed cost”) para os itens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia contratou consultoria especializada para elaborar a avaliação do valor justo do seu ativo imobilizado com base em fluxo de caixa descontado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs.

O ajuste ao custo atribuído foi alocado proporcionalmente aos ativos da Usina em 31 de dezembro de 2008.

Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Em 30 de junho de 2013, os bens vinculados à concessão somam o montante de R\$559.140 (R\$570.892 em 31 de dezembro de 2012) e o prazo da concessão conforme descrito na Nota 1 é de 35 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi em 22 de julho de 2002.

Reclassificação dos créditos tributários - PIS e Cofins

Durante o primeiro trimestre de 2011, a Companhia reclassificou os créditos de PIS e COFINS registrado na rubrica “Ativo Imobilizado”, conforme descrito na Nota 8, e passou a registrar o imobilizado líquido de créditos de PIS e COFINS, com contrapartida registrada na rubrica de impostos a recuperar quando aplicável.

10. Intangível

A movimentação do intangível é como segue:

	Softwares	Total
Custo		
Em 31 de dezembro de 2011	57	32
Adições	30	25
Em 31 de dezembro de 2012	87	87
Adições	-	-
Em 30 de junho de 2013	87	87
Amortização		
Em 31 de dezembro de 2011	(11)	(11)
Em 31 de dezembro de 2012	(8)	(8)
Despesa de amortização do período	(4)	(4)
Em 30 de junho de 2013	(23)	(23)
Valor residual líquido:		
Em 30 de junho de 2013	64	64
Em 31 de dezembro de 2012	68	68

11. Fornecedores

	30/06/2013	31/12/2012
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	1.579
Tarifa do Uso de Sistema de Transmissão – TUST	807	829
Fornecedor de Serviços de Materiais	131	346
	938	2.754

12. Empréstimos e financiamentos

	30/06/2013	31/12/2012
BNDES (a)	292.846	304.007
Custos com captação de empréstimos e financiamentos	(3.702)	(3.842)
Total de empréstimos sujeitos a juros	289.144	300.165
Passivo circulante	18.347	18.211
Passivo não circulante	270.797	281.953

(a) BNDES

Em 10 de setembro de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que prevê a liberação de R\$289.700 destinados a implantação da UHE Salto, bem como o sistema de Transmissão associado a usina, dividido assim em dois sub-créditos nos respectivos valores de R\$277.937 e de R\$11.763.

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(a) BNDES--Continuação

As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “spread” de risco definidos em 1,81% ao ano, equivalente a 0,1496% ao mês.

Em 27 de outubro de 2009, foi aprovado pelo BNDES o crédito suplementar ao financiamento, no valor de R\$23.184. As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo –

TJLP acrescida de remuneração básica e “*spread*” de risco definidos em 2,16% ao ano, equivalente a 0,1782% ao mês.

Durante os seis meses de 2013, a Companhia pagou R\$11.028 de principal e R\$10.058 de juros conforme cronograma de pagamentos definidos em contrato.

As garantias consistem no (i) penhor dos Direitos Emergentes da Concessão; (ii) penhor dos direitos Creditórios sobre o PPA firmado com a Votener, descrito na Nota 1 e (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato. Adicionalmente, em atendimento ao disposto na cláusula 11^a, item XXXII, do contrato firmado com o BNDES, a Companhia encontra-se em conformidade com exigências estabelecidas no mesmo.

Em 1º de dezembro de 2008, a Companhia firmou com o BNDES um contrato de Administração de Contas e outras Avenças para constituir a conta reserva da dívida e de operação e manutenção, a partir da receita proveniente dos contratos de comercialização, formada pela retenção de 35% do recebimento das faturas, sendo esta reserva registrada na rubrica “aplicações financeiras vinculadas”, conforme Nota 6.

O cronograma de amortização do financiamento em 30 de junho de 2013 está assim distribuído:

Ano	Valor
2013	11.024
2014	22.048
2015	22.048
2016	22.048
2017	22.048
A partir 2018	193.630
	<u>292.846</u>

13. Outras obrigações

	30/06/2013	31/12/2012
Encargos regulatórios	1.776	1.466
Uso do Bem Público	94	88
Arrendamento mercantil	61	97
Outras obrigações (i)	7.126	7.126
	9.057	8.777
Passivo circulante	9.057	8.749
Passivo não circulante	-	28

- (i) O montante de R\$7.126 (R\$7.126 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a garantia do financiamento de longo prazo junto ao BNDES conforme descrito na Nota 12.

14. Patrimônio líquido

Capital social

Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social autorizado é de até R\$130.000.

Em 30 de junho de 2008, foi firmado o Acordo de Acionistas entre a Triunfo e a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, que estabeleceu as seguintes determinações:

- i. A CBA garantirá o financiamento de longo prazo junto ao BNDES a ser obtido pela Companhia, e terá o direito de fiscalizar e acompanhar a execução das obras necessárias à implantação da UHE Salto;
- ii. Transferência gratuita da Triunfo para a CBA de 1 (uma) ação ordinária nominativa de emissão da Rio Verde, conforme apresentada no parágrafo anterior. Esta transferência tem caráter resolúvel e transitório, pela qual se reputará extinta se verificadas as seguintes condições:
 - a) No início do fornecimento de energia, conforme contrato firmado de Compra e Venda de Energia com a Votener ou caso ocorra a substituição da garantia outorgada pela CBA perante ao BNDES, com desoneração desta;
 - b) Caso o BNDES venha no prazo de 90 dias contados da data de assinatura deste acordo deixar de aprovar ou celebrar o contrato de abertura de crédito com a Companhia.

14. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

- iii. A CBA terá o direito, mas não a obrigação, de aportar diretamente na Rio Verde os valores necessários para a continuidade das obras de implantação da UHE Salto, com a obrigação da Triunfo de transferir as ações integralizadas por CBA para o nome desta, caso encontrem-se já subscritas pela Triunfo Participações e Investimentos;
- iv. A CBA terá o direito de preferência na aquisição das Ações da Rio Verde, detidas pela Triunfo, caso esta pretenda transferi-la a terceiros desde de que se manifeste o interesse no período de 30 dias;
- v. Ficam assegurados à Triunfo amplos poderes de controle e gerenciamento da Rio Verde e das atividades para a implantação da UHE de Salto, conforme determina a Lei nº 6.404/76 e o estatuto da Companhia.
- vi. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

Em 24 de novembro de 2009, a Companhia aumentou o capital mediante a emissão de 16.129.032 ações ordinárias, emitidas ao preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), no montante de R\$30.000, totalmente integralizadas por conversão de adiantamento para futuro aumento de capital.

Dessa forma, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão subscritas e integralizadas 1.500.000 ações ordinárias, pelo preço unitário de R\$1,00 (um real) e 69.086.020 ações ordinárias pelo preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), sendo a distribuição das ações da seguinte forma:

Triunfo Participações e Investimentos S.A.	70.586.015
Membros do Conselho de Administração	4
Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)	1
	<hr/>
	70.586.020

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da controladora Triunfo Participações e Investimentos S.A., a Administração da controladora tomou a decisão de alienar sua participação na controlada Rio Verde Energia S.A..

14. Patrimônio líquido--Continuação

Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º. de janeiro de 2009. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$143.194, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida a patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens a ela vinculados. Vide detalhe na Nota 9. Em 30 de junho de 2013, o ajuste ao custo atribuído no patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos, é de R\$84.451(R\$86.201 em 31 de dezembro de 2012).

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404.

Dividendos

O estatuto social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Distribuição de lucros e pagamento de juros sobre capital próprio

Nos exercícios de 2012 e 2011 foram deliberados a distribuição de lucros (dividendos obrigatórios 25%) e pagamento de juros sobre capital próprio aos quotistas. Os juros foram calculados com base a variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP.

Atendendo a legislação fiscal, o montante dos juros sobre capital próprio, do semestre findo em 30 de junho de 2013, R\$3.598, provisionados de forma bruta e perfazendo um saldo acumulado de R\$ 7.868(R\$5.692 em 2012), foram registrados como despesa financeira. No entanto, para efeito desta demonstração financeira, estes juros são apresentados como distribuição de lucro líquido no patrimônio líquido conforme determinam as praticas contábeis adotadas no Brasil.

15. Receita operacional líquida

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita Bruta de Vendas	68.752	58.315
Receita s/ contrato Votener	56.195	53.567
Receita s/ Triunfo Negócios de Energia	11.140	-
Receita energia MRE-CCEE	1.415	4.703
Outras receitas	-	45
(-) Deduções da receita (Impostos. sobre vendas)	(6.357)	(5.127)
(-) Encargos Setoriais – P&D	(618)	(526)
Receita operacional líquida	61.777	52.662

16. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros, e cada um possui uma ação ordinária. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

Não existe na Companhia plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva. O valor total da remuneração paga até 30 de junho de 2013 foi de R\$407 (R\$608 em 30 de junho de 2012).

17. Resultado financeiro

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	589	959
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.924)	(12.228)
Outros juros, multas e atualizações	(544)	(367)
Comissão garantia	(140)	(139)
Resultado financeiro	(10.019)	(11.775)

18. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Em 2013 e 2012, não houve transações envolvendo ações que pudessem afetar a diluição das ações, desta forma, o lucro básico e diluído são similares.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia (em milhares de reais)	14.817	9.340
Denominador (em ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	70.586.020	70.586.020
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	0,2099	0,1323

19. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração da Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, concluiu que não existe necessidade de constituir provisão, uma vez que, não há perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

20. Instrumentos financeiros

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	774	1.301	774	1.301
Contas a Receber, líquidas	10.385	9.452	10.385	9.452
Impostos a recuperar	12.004	16.002	12.004	16.002
Aplicações financeiras	15.206	12.201	15.206	12.201
Total	38.369	38.956	38.369	38.956
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	292.846	304.007	292.846	304.007
Fornecedores	1.496	2.754	1.496	2.754
Obrigações fiscais	5.287	5.328	5.287	5.328
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	4.773	4.795	4.773	4.795
Total	304.402	316.884	304.402	316.884

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. As contas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.1 Considerações gerais--Continuação

a) Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES e CDI para aplicações financeiras.

Os CPCs 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com BNDES na data base de 31 de março de 2013, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 de março de 2013, foi definido o cenário provável para os três primeiros meses de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES		14.642	18.302	21.963
Taxa sujeita à variação	TJLP	5,0%	6,25%	7,5%
R\$292.846*				

* Saldos em 30 de junho de 2013

A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e empresas privadas. As vendas são efetuadas por meio de contratos, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato vigente com Votener, conforme descrito na Nota 1 é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (CCEE).

Risco de crédito

As vendas de energia estão garantidas e asseguradas pelo poder concedente, conforme descrito na Nota 1.

Risco de preço

A venda da energia assegurada está vendida para Votener no período de 16 anos. O valor do preço desse contrato (preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h) é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Risco de taxas de juros e indexadores

O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a TJLP + 1,81% ao ano. Conseqüentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice de preços.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estavam ajustadas pelo valor das quotas desses fundos.

Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia-- Continuação

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

20.3 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras.

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Empréstimos e financiamentos	292.846	304.007
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações	(774)	(1.301)
(-) Aplicações financeiras	(15.206)	(12.201)
Dívida Líquida	276.866	290.505
Patrimônio Líquido	247.654	236.435
Alavancagem	111,80%	122,87%

21. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Tipo de cobertura	Importância assegurada (i)
Responsabilidade civil (operação)	10.000
Riscos operacionais	330.000

- (i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.